

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PNAP/UAB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

Joelma Maria Fronza

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA:
ESTUDO DE CASO DA EJA NO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ/RS**

Serafina Corrêa - RS

Maior/2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PNAP/UAB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

Joelma Maria Fronza

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA:
ESTUDO DE CASO DA EJA NO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ/RS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Profª Orientadora Ana Mercedes Sarria Icaza.

Serafina Corrêa - RS

Mai/2015

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo de caso que pretende inferir e analisar a relação entre a educação de jovens e adultos, seu contexto social e as políticas públicas existentes a respeito, fazendo, para tanto, um recorte que abrange a situação no município de Guaporé/RS, cuja pesquisa de campo conta com suporte de referencial teórico embasado em levantamento bibliográfico do tema no cenário nacional. O fato da pesquisa não diferenciar o fenômeno específico do analfabetismo e o da baixa escolaridade é devido a ambos estarem interligados e, para os fins pesquisados, fazerem parte de um mesmo conjunto, que é o público-alvo da EJA. Como a Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Guaporé é oferecida apenas em uma de suas oito escolas municipais, a EMEF Dr. Jairo Brum, atendendo a um total de 42 pessoas matriculadas no atual ano letivo nas quatro turmas de EJA disponíveis, a coleta de dados empíricos foi realizada aplicando questionários a uma amostragem de 42,86% desses estudantes; e entrevistando as duas Coordenadoras Pedagógicas, uma responsável pelas referidas turmas, e a outra pelas escolas municipais. Com isso, foi possível analisar o perfil dos alunos e a adequação dos conteúdos e metodologias da EJA às suas necessidades e expectativas, bem como as dificuldades percebidas pelos gestores no que se refere a políticas públicas que visam combater o problema. Dessa forma, o estudo representa um pequeno passo na luta contra a desigualdade de acesso à educação, que não é somente um problema educacional, mas também econômico, cultural, histórico e político-social.

Palavras-chave: EJA. Educação. Jovens e Adultos. Políticas Públicas.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Estrutura do Poder Público Municipal de Guaporé | 28 |
| Tabela 2 – Número de alunos atendidos pela EMEF Dr. Jairo Brum | 30 |
| Tabela 3 – Participantes, sexo e idade..... | 33 |
| Tabela 4 – Percentual de participantes por sexo e faixa etária | 33 |
| Tabela 5 – Situação empregatícia total e por sexo | 34 |
| Tabela 6 – Carga horária dos participantes que trabalham..... | 34 |
| Tabela 7 – Setor em que trabalham os participantes empregados | 35 |
| Tabela 8 – Profissões elencadas pelos trabalhadores da indústria..... | 35 |
| Tabela 9 – Profissões elencadas pelos trabalhadores do comércio..... | 35 |
| Tabela 10 – Profissões elencadas pelos trabalhadores autônomos | 35 |
| Tabela 11 – Razões que levam os participantes a frequentar a EJA (Total) | 36 |
| Tabela 12 – Razões que levam os participantes a frequentar a EJA (Individual)..... | 37 |
| Tabela 13 – Frequência dos participantes às aulas da EJA..... | 39 |
| Tabela 14 – Opinião dos participantes sobre a EJA..... | 39 |
| Tabela 15 – Relatório de respostas..... | 40 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----------------|--|--------------|
| 1. | INTRODUÇÃO | 06 |
| 1.1. | Definição do problema | 08 |
| 1.2. | Justificativa | 09 |
| 1.3. | Objetivos | 10 |
| 1.3.1. | Objetivos gerais | 10 |
| 1.3.2. | Objetivos específicos | 11 |
| 2. | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 12 |
| 3. | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 15 |
| 3.1. | Políticas públicas enquanto ações governamentais..... | 15 |
| 3.2. | Histórico do contexto social e político do tema no cenário nacional.. | 17 |
| 3.3. | Outras políticas públicas nacionais para a EJA | 25 |
| 4. | A EJA NO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ..... | 27 |
| 4. 1. | Sobre o município e a Educação Municipal | 27 |
| 4.1.1. | Sobre a EMEF Dr. Jairo Brum e as turmas de EJA..... | 29 |
| 5. | APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 31 |
| 5. 1. | A EJA na visão dos alunos..... | 31 |
| 5. 1. 1. | Características gerais da amostra | 32 |
| 5. 1. 2. | O que leva os jovens e adultos a frequentar a EJA..... | 36 |
| 5. 1. 3. | Avaliação do EJA quanto aos objetivos buscados pelos estudantes . | 37 |
| 5. 1. 4. | Frequência dos alunos..... | 38 |
| 5. 1. 5. | Opiniões, críticas e sugestões dos alunos sobre a EJA..... | 39 |
| 5. 2. | A EJA na visão dos responsáveis por sua oferta..... | 41 |
| 6. | CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |
| | REFERÊNCIAS | 48 |
| | ANEXOS | 51 |
| | APÊNDICES | 54-56 |

1. INTRODUÇÃO

Desde o seu descobrimento até os dias atuais, o Brasil nem sempre deu prioridade à educação do povo em suas políticas governamentais. O próprio modelo de desenvolvimento se fundamentou em uma lógica de desigualdade e exclusão, fomentando a disparidade entre classes sociais e desconsiderando o acesso a escolarização para os indivíduos menos favorecidos.

Um desses grupos geralmente excluídos da sociedade e do mercado de trabalho devido à sua condição é constituído por jovens, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de estudar quando crianças, e que agora encontram dificuldades para retomar seus estudos devido à sua idade mais avançada e compromissos inerentes à vida adulta. Por isso, é necessário um olhar diferenciado quando se pensa no seu processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o público da Educação de Jovens e Adultos é composto por sujeitos múltiplos que trazem consigo históricos de vida muito diferentes.

A Educação de Jovens e Adultos é importante para tais indivíduos porque lhes possibilita o resgate de seus direitos como cidadãos, visto que sua falta de escolaridade os impede de exercer plenamente a democracia, proibindo sua participação ativa nos processos eleitorais, além de os desqualificarem para o mercado de trabalho, prejudicando sua capacidade de subsistência e rebaixando-os muitas vezes a um nível de extrema pobreza. Por outro lado, para que essas pessoas possam efetivamente concluir sua instrução, é necessário que o Governo considere a fundamental importância desse campo da educação para o próprio crescimento econômico, social e político do país, posto que a escolarização desses brasileiros promoveria a redução dos índices de desemprego, miséria e marginalidade, além de aumentar o poder de compra do consumidor, acelerando a economia nacional.

É sabido que o Poder Público está ciente dessa situação, atualizada periodicamente por meio de dados coletados por institutos de pesquisas e estatísticas, e tem tomado providências ao longo dos anos para combater essa adversidade, através de projetos, alterações na legislação e políticas públicas referentes à educação de jovens e adultos. Assim, a partir do histórico da problemática e das políticas públicas praticadas até então, o presente trabalho se propõe a fazer um estudo de caso da Educação de Jovens e Adultos no município de Guaporé/RS. A princípio, a pesquisa não diferencia o fenômeno específico do analfabetismo e o da baixa escolaridade, visto que eles estão ligados e, para os fins pesquisados, fazem parte de um mesmo conjunto, que é o público-alvo da EJA.

A metodologia do estudo de caso se desenvolve através de pesquisa empírica, utilizando questionários aplicados a estudantes e responsáveis educacionais da Educação de Jovens e Adultos no município de Guaporé/RS e discussão e análise dos resultados dos dados coletados

Portanto, após introdução inicial do tema e descrição das justificativas e dos objetivos da pesquisa no capítulo 1, o segundo capítulo expõe os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, o terceiro capítulo desenvolve a fundamentação teórica, abarcando as duas subdivisões pertinentes ao desdobramento da problemática, que são o histórico do contexto social e político do tema no cenário nacional; e as políticas públicas enquanto ações governamentais, sendo que este último subcapítulo também subdivide-se em dois itens: a Educação de Jovens e Adultos na legislação brasileira; e outras políticas públicas nacionais para a EJA. Dessa maneira, após a contextualização da temática no cenário nacional, apresentando as abordagens sobre o fenômeno, a pesquisa é direcionada para o estudo do problema especificamente na esfera municipal, conforme recorte já mencionado. Sendo assim, o capítulo 4, intitulado “A EJA no município de Guaporé”, inicia por um subitem que trata do município e a Educação Municipal, o qual também traz um subtítulo que apresenta a EMEF Dr. Jairo Brum, que é a única escola municipal que oferece a modalidade EJA, bem como as informações sobre as turmas de Educação de Jovens e Adultos da referida Escola. De posse desses dados, parte-se para a parte prática da pesquisa, com a execução do trabalho de campo e a tabulação de seus resultados a partir do quinto capítulo.

A apresentação e discussão dos resultados se introduzem detalhando como foi realizada a pesquisa empírica, lembrando que esta compreende aplicação de

dois questionários distintos, analisando primeiramente a EJA na visão dos alunos que a frequentam no presente ano letivo, e posteriormente a EJA na visão dos responsáveis por sua oferta na Rede Municipal de Ensino. Por fim, o último capítulo relata as considerações finais, a fim de estruturar uma pesquisa científica inicial sobre o tema, que muito tem a ser explorado, visto que pode servir de base para outras pesquisas com ênfase na educação de jovens e adultos ofertada pelas diversas redes municipais de ensino, ou até o aprofundamento da pesquisa a nível nacional.

1.1. Definição do problema

A definição do problema de pesquisa parte do pressuposto de que é necessário um olhar diferenciado quando se pensa no processo de ensino-aprendizagem de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar quando crianças, e que agora encontram dificuldades para retomar seus estudos devido à sua idade mais avançada e compromissos inerentes à vida adulta. Isto porque esse público é composto por sujeitos múltiplos que trazem consigo históricos de vida diversos. Caso se deseje realmente investir na formação de cidadãos, é necessário buscar um ensino voltado à realidade, a qual, no caso de jovens e adultos, é bem diferente de alunos em idade escolar. É preciso lembrar que essas pessoas também têm direito à educação e, para que possam exercer esse direito, carecem que lhes sejam oportunizadas condições de acesso a ele.

Assim, esse estudo pretende analisar as ações praticadas pelo Poder Público com relação à Educação de Jovens e Adultos, avaliando seus resultados e identificando pontos críticos relacionados à sua eficiência e efetividade, fazendo, para tanto, um recorte que abrange a situação no município de Guaporé/RS, a fim de trabalhar essa relação entre políticas públicas existentes em nível municipal. O referido trabalho compreende descrever o processo de definição e execução das políticas públicas educacionais e, a nível municipal, analisar sua abrangência e resultados, traçar o perfil dos alunos e suas expectativas quanto à EJA, bem como a adequação dos conteúdos e metodologias dessa modalidade de ensino a tais necessidades dos alunos. Ao pesquisar as políticas públicas municipais relacionadas à EJA junto aos responsáveis pela sua oferta na Rede Municipal de Ensino, pretende-se fazer diagnóstico da situação do município no que se refere à

relação entre a demanda e a procura pela Educação de Jovens e Adultos, e compreender a lógica utilizada pelos gestores na criação de políticas públicas que visam combater as dificuldades inerentes ao problema.

1.2. Justificativa

O problema da falta de escolaridade de muitos brasileiros jovens, adultos e idosos é proveniente do próprio modelo de desenvolvimento adotado no Brasil ao longo dos anos, fundamentado em uma lógica de desigualdade e exclusão, por vezes deixando de lado a importância da educação de seu povo e, principalmente, do contingente de indivíduos menos favorecidos que não tiveram acesso a ela em idade regular. A insuficiência de instrução desses brasileiros acaba limitando seus direitos como cidadãos, impedindo-os de exercer plenamente a democracia através da participação ativa nos processos eleitorais, além de os desqualificarem para o mercado de trabalho, prejudicando sua capacidade de subsistência e rebaixando-os muitas vezes a um nível de extrema pobreza. Portanto, é imprescindível que lhes seja possibilitado o acesso à educação, tanto para seu próprio desenvolvimento como pessoas, como também para o próprio crescimento econômico, social e político do país, posto que a escolarização desses brasileiros promoveria a redução dos índices de desemprego, miséria e marginalidade, além de aumentar o poder de compra do consumidor, acelerando a economia nacional.

Apesar de o Poder Público estar ciente dessa situação, atualizada periodicamente por meio de dados coletados por institutos de pesquisas e estatísticas, e inclusive já tendo tomado diversas providências ao longo dos anos para combater essa adversidade, através de projetos, alterações na legislação e políticas públicas referentes à educação de jovens e adultos, isso não garante a extinção do problema, que continua existindo, em maior ou menor grau, nas esferas públicas que compõem o país. Assim, tal necessidade de reflexão sobre o assunto fez surgir o interesse em pesquisá-lo, aproveitando a oportunidade de fazer isso por meio deste trabalho de conclusão de curso.

Entretanto, como a amplitude e complexidade do tema impossibilita sua abordagem em todas suas dimensões e aspectos em poucos meses, a pesquisa se restringe a analisar a problemática a nível local, por meio da realização de um estudo de caso da Educação de Jovens e Adultos no município de Guaporé/RS. A

princípio, a pesquisa também não diferencia o fenômeno específico do analfabetismo e o da baixa escolaridade, visto que eles estão ligados e, para os fins pesquisados, fazem parte de um mesmo conjunto, que é o público-alvo da EJA. A escolha do município em que será realizado o estudo de caso deve-se ao local de residência da pesquisadora, onde sua atuação como professora municipal lhe oportunizou conhecer e as deficiências do sistema educacional e a importância da educação para o aprimoramento da comunidade em que vive. E, nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos exerce papel fundamental dentro do contexto social.

Portanto, o tema aqui discutido, conforme já visto, não é somente um problema educacional, mas também econômico, cultural, histórico e político-social. Pesquisar a realidade que o gerou, bem como a criação, aplicação e eficácia das políticas públicas referentes a ele é o primeiro passo para identificar as lacunas persistentes e o que ainda pode ser feito em prol de sua resolução. Assim, além das justificativas já elencadas, ao estruturar uma pesquisa científica inicial sobre a problemática, que muito tem a ser explorada, o presente trabalho mostra-se relevante também para a comunidade acadêmica, visto que pode servir de base para outras pesquisas com ênfase na educação de jovens e adultos ofertada pelas diversas redes municipais de ensino; ou até o aprofundamento da pesquisa a nível nacional. Ademais, cogita-se a possibilidade de apresentar o estudo ao Poder Público Municipal de Guaporé/RS, caso as informações se mostrem relevantes para o aprimoramento das políticas públicas já existentes na Rede Municipal de Ensino.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivos gerais

Analisar as ações praticadas pela Rede Pública Municipal de Guaporé/RS com relação à Educação de Jovens e Adultos, avaliando seus resultados e identificando pontos críticos relacionados à sua eficiência e efetividade.

1.3.2. Objetivos específicos

a) Descrever o histórico de jovens e adultos analfabetos ou que não concluíram o Ensino Fundamental e das ações governamentais e políticas públicas nacionais referentes a eles;

b) Apurar as atuais políticas públicas para educação de jovens e adultos adotadas pela rede pública municipal de ensino de Guaporé/RS, a fim de tecer um diagnóstico da situação do município no que se refere à relação entre a demanda e a procura pela Educação de Jovens e Adultos;

b) Compreender a lógica utilizada pelos gestores na criação de políticas públicas que visam combater o problema e as dificuldades inerentes ao desenvolvimento da EJA;

c) Traçar o perfil dos alunos e suas expectativas quanto à EJA, bem como a adequação dos conteúdos e metodologias dessa modalidade de ensino a tais necessidades dos alunos;

d) Inferir a eficiência das ações municipais junto aos alunos participantes da EJA, através de suas opiniões, críticas e sugestões coletadas por meio da pesquisa empírica.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como proposta realizar um estudo de caso da Educação de Jovens e Adultos no Município de Guaporé/RS, através do levantamento de informações sobre o Município, que permitam apresentar o contexto social do tema; e de análise qualitativa de dados coletados em pesquisa empírica realizada por meio de entrevistas com os coordenadores da EJA no município de Guaporé questionários aplicados aos os alunos matriculados nesta modalidade da Rede Municipal de Ensino no presente ano letivo. Como afirma Neves (1996, p.1-2):

O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho desenvolver-se-á, isto é, o território a ser mapeado. O trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados. (...)

O vínculo entre signo e significado, conhecimento e fenômeno, sempre depende do arcabouço de interpretação empregado pelo pesquisador, que lhe serve de visão de mundo e de referencial. Esse arcabouço pode servir como base para estabelecer caminhos de pesquisa quantitativa e delimitação do tema, de forma tal que os esforços de cunho qualitativo e quantitativo podem se complementar.

Tal recorte e objetivos visam estudar um caso concreto que demonstre o alcance e eficácia da problemática. Esse método é comumente adotado na área de ciências sociais, onde muitas vezes a teoria trabalha a serviço da prática.

Sendo assim, a pesquisa se inicia com a explanação do referencial teórico, que conta com um número considerável de obras e autores de diversas áreas, a fim de dar fundamento aos experimentos e coleta de dados em campo, cuja aplicação seja supervisionada e orientada pelo investigador. Em seguida, a continuação do desenvolvimento do trabalho é conduzida a partir da categorização, tabulação e

descrição das informações, permitindo uma análise quantitativa e qualitativa dos resultados, nos seguintes aspectos:

a) Verificar a idade, sexo, situação empregatícia e profissão dos estudantes da EJA, a fim de caracterizar a amostra pesquisada;

b) Aferir as razões que levaram os alunos a se matricularem na EJA, e se, com base no que aprendeu até agora, é possível afirmar que frequentar as aulas lhe proporcionará os resultados que vieram buscar, e por quê;

c) Examinar suas opiniões individuais sobre a EJA, fazendo uma compilação e análise das críticas e sugestões relatadas;

d) Investigar a demanda de educação de jovens e adultos registrada atualmente na Secretaria Municipal de Educação, a nível de alfabetização e ensino fundamental; e também a taxa de desvio série-idade no ensino regular;

e) Averiguar as políticas públicas municipais quanto à educação de jovens adultos, e se estas são suficientes para atender a demanda já citada;

f) Conhecer a taxa de infrequência e desistência dos alunos da EJA registrada atualmente na Secretaria Municipal de Educação, e os demais entraves e dificuldades encontrados pelo município na educação de jovens e adultos, bem como as propostas do Poder Público para solucionar essas questões;

O primeiro questionário (direcionado aos alunos) é composto por perguntas fechadas (objetivas) e abertas (descritivas), oportunizando a obtenção de informações de caráter quantitativo e qualitativo. De outro lado, o segundo (direcionado às coordenadoras) contempla apenas questões descritivas.

Nas questões objetivas, cada alternativa corresponde a uma resposta pré-formulada (fechada), diferente das demais. Assim, as respostas necessariamente se encaixam em uma ou outra seleção, formando grupos de possibilidades pré-definidos, conforme a opção assinalada. A viabilidade de constituir esses grupos é própria das pesquisas quantitativas, justamente por permitir agrupar os dados coletados de acordo com um padrão, possibilitando mensurar a dimensão exata de cada grupo e a comparação entre eles, por meio de gráficos e tabelas, cálculo de estatísticas, percentagens e médias.

Já as perguntas abertas são características de pesquisas qualitativas, pois pressupõem respostas descritivas, que geralmente são bem diversas umas das outras, de acordo com a perspectiva dos participantes da situação estudada. Havendo a possibilidade de agrupar as respostas em um padrão, os dados podem

ser tratados estatisticamente, como nas pesquisas quantitativas. Caso contrário, são descritos em relatório que enfatize os aspectos mais relevantes presentes nas opiniões e comentários dos respondentes.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos possibilitam concluir se as vigentes políticas públicas relativas à educação de jovens e adultos são válidas na atual conjuntura social, de acordo com os objetivos do presente estudo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo tem como objetivo construir um embasamento bibliográfico razoável sobre a Educação de Jovens e Adultos. Assim, como o presente trabalho trata da EJA como política pública, a explanação do referencial teórico que constitui esse capítulo inicia pelo conceito de políticas públicas enquanto ações governamentais, seguido pelo subitem que compreende o histórico do contexto social e político do tema no cenário nacional, elencando em seguida as demais políticas públicas nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

3.1. Políticas públicas enquanto ações governamentais

Segundo Lima (2012, p.2), os estudos sobre política pública são ainda muito recentes, especialmente no Brasil, fazendo com que existam muitas divergências conceituais, sem que haja um consenso sobre sua definição na literatura especializada. Em seu artigo, o autor traz diferentes conceitos de política baseados em concepções de diversos pesquisadores, todos eles associando política a relações de poder, que conseqüentemente envolvem processos de decisão, ação e resolução de conflitos. Outrossim, a política pública como área de conhecimento surgiu entre as décadas de 60 e 70 como uma disciplina da ciência política que se refere ao estudo do mundo público. Souza (2006, p.3) explica a política pública como “um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas”, segundo a visão europeia, enquanto nos EUA esta área do conhecimento enfatiza os estudos sobre a ação dos governos. E complementa:

Na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências (...). A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social (SOUZA, 2006, p.3-4).

Rua (2009, p. 20, apud LIMA, 2012, p. 2) afirma que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”. Por outro lado, as políticas só podem ser consideradas públicas quando emanadas de ator estatal. Nesse sentido, Lynn (1980, apud SOUZA, 2006, p.5), define políticas públicas como “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Outros autores defendem uma abordagem multicêntrica, segundo a qual, independentemente de quem formula a política, ela pode ser considerada pública quando tem a intenção de responder a um problema público, visto que o Governo não é a única instituição a servir à comunidade pública (LIMA, 2012, p. 3 - 4). Contudo, assim como algumas vezes é difícil identificar se uma instituição é estatal ou não, também há ocasiões que dificultam definir o objetivo de muitas políticas. Por esse motivo, levando em conta ambas as vertentes conceituais, o autor sugere (p. 4) a diferenciação entre “política pública estatal” e “política privada de interesse público”. De qualquer maneira, as políticas públicas representam formas de exercício do poder político. Para Souza (2006, p. 7):

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (...) após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

De acordo com Teixeira (2002, p. 2), também as omissões e “não-ações” são consideradas formas de manifestação de políticas, uma vez que representam opções do Poder Público. O autor define como políticas públicas aquelas “políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos”, com o objetivo de nortear as relações entre o Estado e a sociedade.

3.2. Histórico do contexto social e político do tema no cenário nacional

Considerando que é na escola que se aprende a estabelecer parâmetros de convivência com as diferenças, através de processos pedagógicos abrangentes que ensinem a pensar de acordo com a realidade; a escolarização dos cidadãos é ponto fundamental para a construção e desenvolvimento da sociedade como um todo e, conseqüentemente, do Estado. Porém, existem brasileiros que, por motivos diversos, não foram alfabetizados ou não concluíram seus estudos em idade própria, cuja realidade impede seu retorno à escola regular, excluindo-os do processo educacional. O crescimento desse grupo e suas conseqüências sociais demandou a criação de uma modalidade de ensino peculiar, que se adequasse às necessidades características de tais indivíduos.

Porém, a preocupação do Governo em constituir um sistema de ensino de qualidade exigia o aprimoramento da Educação em geral, antes de poder dedicar-se às minorias que reivindicavam uma atenção especial e iniciativas peculiares, como afirma Veronese e Vieira (2003, p. 12), sobre a Constituição Federal: “O texto constitucional demonstra grande preocupação com a questão específica da escolarização em detrimento de um processo educativo mais abrangente”. E, assim, ao longo dos anos, o Brasil passou por várias ações como a criação, reformulação, revogação, ampliação e substituição de programas, projetos, políticas, reformas e normas jurídicas referentes às questões educacionais.

A primeira referência histórica à educação de jovens e adultos é encontrada na época do Brasil Colônia (1500-1822). Nesse tempo, os portugueses pretendiam explorar as riquezas da terra recém-descoberta e fazer funcionar a economia colonial. Para tanto, convinha utilizar-se da mão-de-obra dos índios, mamelucos e colonos que habitavam o local, e agora estavam sob seu domínio. Desse modo, a fim de qualificá-los para o trabalho, procedeu-se à sua instrução, a princípio enfatizando o ensino agrícola, pecuário e de trabalhos manuais.

Mas a educação desses grupos somente se sistematizou no período jesuítico (1549-1759), através da criação de escolas gratuitas e subsidiadas pelo Estado Português, com o objetivo de Instruir, educar e catequizar. Os jesuítas eram discípulos que viajavam pelo mundo difundindo a religião católica, a fim de atrair novos fieis, após a Reforma Protestante que abalou as bases do catolicismo. Ao perceber que o analfabetismo da população dificultava sua catequização, os

missionários então passaram a se dedicar também a um trabalho educativo que compreendia o ensino da língua portuguesa e espanhola, filosofia, costumes europeus e teologia. Logo, as primeiras escolas jesuíticas foram fundadas em 1550, uma na Bahia e a outra em São Vicente. Em 1570, já existiam oito estabelecimentos de ensino, cinco destes para nível elementar, e outros três para nível médio.

Os indígenas sofreram uma reviravolta completa nos seus hábitos, valores, condutas e sentimentos. Eles não aprendiam apenas uma nova língua, uma nova interpretação da vida e da morte; não ganhavam apenas um novo deus, trazido de longe para reinar com a pompa típica do mundo de onde vinham.

A introdução dessa racionalidade na vida dos nativos, sem dúvida, revolucionava os seus hábitos e reorganizava o seu cotidiano. Porém, tanto a Igreja quanto o senhor de engenho fracassaram nos esforços de enquadrar o índio no sistema de colonização que iria criar a economia brasileira. Fora de seu habitat natural, o índio não se adaptava como escravo e morria de infecções, fome e tristeza. (OLIVEIRA, 2005, p.14)

Conforme exposto, é possível constatar que a iniciativa jesuítica interferiu significativamente na oportunidade dos portugueses de consolidar o processo colonizador por meio da escravização do povo brasileiro, que preferiu seguir as missões jesuíticas ao invés de submeter-se à dominação dos colonizadores. Com o crescimento da influência dos jesuítas e sua conseqüente independência em relação ao Estado e até à própria Igreja, iniciaram-se as pressões do Governo para a sua extinção. Assim, em 1759, os 670 jesuítas que moravam no Brasil foram expulsos e suas escolas, fechadas, o que ficou marcado na educação brasileira como uma grande ruptura histórica de um processo já implantado e consolidado como modelo educacional.

Já no período imperial (1822-1889), após libertar-se da colonização portuguesa através da proclamação de sua Independência pelo Imperador D. Pedro I, foi outorgada em 1824 a primeira Constituição Federal do Brasil, instituindo, entre outros dispositivos, a "instrução primária gratuita a todos os cidadãos". Após uma década, Ato Adicional (Lei nº 16/1834) conferiu ao Conselho Nacional de Educação a incumbência de criar o Plano Nacional de Educação. Em 1867, o relatório Liberato Barroso apontou que apenas 10% da população em idade escolar encontrava-se matriculada nas escolas elementares. Talvez por isso tenha sido criado, 11 anos depois, o Decreto nº 7031/1878, que estabeleceu a implantação de um curso noturno de ensino elementar para adultos (maiores de 14 anos) do sexo masculino em cada escola pública de ensino elementar (1º grau), cujo currículo

compreendesse as mesmas matérias lecionadas regularmente. Eram requisitos para a admissão no curso, estar em dia com as vacinas e não padecer de moléstia contagiosa. Com a Proclamação da República em 1889 e a consequente substituição do sistema monárquico pelo republicano, surgiu a segunda Constituição Federal, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, que conferiu ao Estado o controle das questões educacionais, que até antes era atribuída às províncias.

Já durante a Era Vargas (1930 – 1945), foi criada em 1934 a terceira Carta Magna, que incentivou o desenvolvimento do ensino superior e médio e assegurou a criação de um ensino primário público, gratuito e obrigatório; além de definir as receitas para o financiamento da Educação. Três anos depois e ainda durante a Era Vargas, foi instaurado o regime de Estado Novo, que demandou uma nova Constituição Federal, conhecida como “Polaca”, a qual restringia a gratuidade do ensino público àqueles que alegassem escassez de recursos e normatizava subsídios ao ensino privado, dando preferência ao ensino profissionalizante das classes menos favorecidas. Com isso, a intenção do governo era eximir-se da responsabilidade educacional da sociedade, conforme afirmam Veronese e Vieira (2003, p.7) ao citar o art.129 da referida Lei:

Art. 129. À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino prevocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpra-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Com isso, aumentaram os índices de analfabetismo adulto, segundo o Censo de 1940. Na mesma década, após o final da ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945) e do Estado Novo (1937 – 1945), o país entrou no ritmo de redemocratização com o início do Populismo (1945 – 1964), e o Governo percebeu que era necessário tomar medidas para combater o analfabetismo se quisesse acelerar o crescimento econômico do país, que se encontrava em processo de desenvolvimento. Também

era importante ter mais eleitores, uma vez que analfabetos não tinham direito ao voto. E então o analfabetismo, que era considerado consequência da miséria e desigualdade social, passou a ser compreendido como problema político (CERATTI, 2007, p. 2-3). Assim, foi promulgada em 1946 a quinta Constituição Federal, buscando “recompôr o modelo educacional idealizado pela Constituição de 1934 e que fora completamente esquecido pela Carta outorgada em 1937” (VERONESE; VIEIRA, 2003, p. 7). Dessa forma, a educação volta a ser direito de todos e dever do Estado assegurar sua oferta em todos os níveis. Também foi determinada a criação de sistemas estaduais de ensino. No mesmo ano, foram aprovadas a Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que dividiram o Ensino Secundário em três modalidades: Clássico, Científico e Normal, que, embora profissionalizante, era considerado, dentro do ensino secundário, voltado para o prosseguimento de estudos em nível superior e ensino técnico, com três modalidades de cursos: técnico industrial, técnico agrícola e técnico comercial.

A nível mundial, com o fim da Segunda Guerra em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a incumbência de gerir as ações educacionais no contexto internacional. Nesse interim, resoluções políticas e pedagógicas como a criação e regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), ampliaram a educação de jovens e adultos. Da mesma forma, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), lançada em 1947, foi considerada a primeira iniciativa do Governo Federal nesse sentido, implantando classes de alfabetização em todos os estados brasileiros e, conseqüentemente, ajudando a consolidar a EJA como uma questão nacional.

Em 1962, um ano antes de publicar o livro “Alfabetização e conscientização”, Paulo Freire aplica seu método de alfabetização a 300 cortadores de cana analfabetos no interior de Pernambuco, conseguindo que aprendessem a ler e escrever em apenas 45 dias. Dois anos após o experimento, foi preso e exilado com o advento do Golpe Militar, que ainda incorporou alguns de seus métodos para instituir o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) três anos depois, com o objetivo de diminuir os níveis de analfabetismo entre os adultos. Entretanto, durante o regime militar (1964 – 1985) também foi concebida uma nova Constituição Federal em 1967, que pretendia usar a educação para impor suas posições ideológicas, privilegiando a privatização do ensino, ao determinar que o Poder Público prestasse

assistência técnica e financeira ao ensino particular. Apesar de estender a obrigatoriedade do ensino para a faixa dos sete aos 14 anos, passou a exigir a demonstração de aproveitamento escolar como requisito para o acesso gratuito ao ensino pós-primário, e aboliu os percentuais orçamentários a serem aplicados na Educação Pública (determinados pela Constituição de 34).

Após o fim da ditadura militar (1985), foi restabelecida a Democracia como regime político do país, o que demandou a criação da sétima e última Constituição Federal do Brasil, visando à redemocratização nacional. Também chamada de “Constituição cidadã”, a atual Carta Magna foi promulgada em 1988 e, se comparada às Constituições anteriores, é a mais abrangente na área educacional, pois trata da Educação e seus diferentes níveis e modalidades em 14 de seus artigos, segundo Vieira (2007, p. 14-16), demonstrando a pretensão de incorporar os sujeitos historicamente excluídos do direito à educação, assegurando (entre outros): a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, I), a educação como direito público subjetivo, o ensino fundamental obrigatório e gratuito (inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria) e o atendimento a esses educandos “através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (art. 208), assim como a concentração de esforços do Poder Público na eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental (ADCT, art. 60).

Portanto, com a nova Lei Suprema, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tornou-se um direito do cidadão, inclusive recebendo recursos voltados ao ensino fundamental, uma vez que tal legislação volta a fixar percentagens para esta aplicação (art. 212), contando também com contribuições sociais das empresas. Já a abertura de transferir recursos públicos ao ensino privado passa a ser feita somente por meio de “bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade” (art. 212, § 1º).

Portanto, como se pôde observar, outras constituições haviam estabelecido deveres do Estado para com a educação, mas nenhuma avançaria tanto quanto a “Constituição Cidadã”, que dispõe inclusive que o “não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da

autoridade competente" (art. 208, § 2º). Atribui ainda a este a tarefa de "recensar os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola" (art. 208, § 3º).

Dois anos depois, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990) reforçou a disciplina constitucional ao estabelecer a proteção judicial para combater a não oferta ou o oferecimento irregular do ensino obrigatório (art. 208, I). Apesar disso, a Constituição atual ainda deixa lacunas, ao normatizar que a responsabilidade sobre a promoção e incentivo à educação não é exclusiva do Estado, mas também da família e sociedade civil.

Até 1988 não havia uma preocupação real em criar mecanismos que fossem eficazes na garantia do direito à educação. Durante muito tempo a única ação do Poder Público foi tornar obrigatória a matrícula escolar, como se isto fosse suficiente para garantir a educação. A Constituição Federal (art. 208, §1º) estabelece que o ensino obrigatório gratuito (ensino fundamental) é direito público subjetivo (pode ser exigido do Estado a qualquer tempo). (VERONESE; VIEIRA, 2003, p.10)

Em 1996, o art. 5º, § 6º, da Emenda Constitucional nº 14, complementa que a União aplicará no mínimo 30% dos recursos (previstos no caput do art. 212 da CF) na erradicação do analfabetismo e na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental. No mesmo ano, a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) também confirmou a obrigatoriedade da modalidade EJA. Apesar do Ensino Supletivo já estar regulamentado desde 1971 em capítulo próprio na Lei 5692/71 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelecia a oferta de cursos e exames supletivos com o objetivo principal de suprir a escolarização regular de adolescentes e adultos, essa lei foi expressamente revogada em 1996 pela criação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), atualizada conforme a Constituição Federal de 1988 (CF). Assim, o ensino fundamental passou a ser obrigatório e gratuito e é dever do Estado ofertá-lo, segundo art. 208, I, da CF, inclusive para quem não teve acesso a ele em idade própria, sendo este um direito do cidadão (§ 1º), complementado pela nova LDB (art. 4º, VII):

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Como principal inovação da nova LDB, a Educação Básica passa a ser composta por (art. 21, I) Educação Infantil, Ensino Fundamental (antigo ensino primário, ou 1º grau) e Ensino Médio (antigo 2º grau). Porém, sua tramitação no Congresso Nacional prolongou-se por oito anos, tendo iniciado com o Projeto de Lei 1258/88, apresentado logo após a publicação da Constituição Federal de 1988. Até 1993, o referido Projeto recebeu 1263 emendas antes de sua aprovação em 29 de fevereiro de 1996, depois da qual foi remetido à Câmara dos Deputados e adequado ao projeto original através de mais emendas, formando sua versão final, finalmente aprovada e sancionada em 20 de dezembro de 1996 (GRILO, 2009).

Também em 1996, o Governo de Fernando Henrique Cardoso propõe o Programa Alfabetização Solidária (PAS) para reduzir os índices de analfabetismo, principalmente entre os jovens de 12 a 18 anos, mediante parcerias com empresas privadas, e priorizando os municípios cuja taxa de analfabetismo fosse superior a 55%. As críticas sobre a “terceirização de políticas sociais” fez com que tal política pública perdesse força no decorrer dos anos, reduzindo-se a uma organização não-governamental (AlfaSol) em 2002.

A oferta de um ensino noturno regular e adequado às condições do adolescente trabalhador é garantida pela legislação brasileira, no art. 54, VI, do ECA e art. 4º, VI e VII, da LDB. Esta última também define (art.37 e 38), como responsabilidade do poder público, viabilizar e estimular o acesso e permanência do trabalhador na escola, com redução de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o nível médio em exames supletivos.

A universalidade do acesso deve atender ainda àqueles adolescentes que necessitam trabalhar para a própria subsistência ou a de sua família (VERONESE; VIEIRA, 2003, p. 7). Inclusive, o projeto da nova LDB chegou a prever a redução da jornada de trabalho para aqueles que cursassem o ensino noturno (ibidem, p. 16).

No início do ano de 2007, entra em vigor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional nº53/2006, regulamentado pela Lei nº11494/2007 e Decreto nº 6253/2007). Com isso, a EJA passou a receber apoio de recursos que, apesar de serem os menores do sistema (R\$1377/ano, contra R\$1722 por aluno dos primeiros anos do Ensino Fundamental, de acordo com ed. 242 da Revista Nova Escola), possibilitaram a criação de vários programas voltados à escolarização e a qualificação profissional, buscando impedir a evasão

escolar. Com a substituição do Fundef para o Fundeb, percebeu-se melhora na situação financeira da EJA, já que o Fundef não considerava o educando da Educação Infantil e do Ensino Supletivo na contagem do Censo Educacional nas redes municipais e estaduais.

Baseado no exposto, pode-se contatar que, historicamente, a EJA ocupou espaço reduzido nos sistemas de ensino brasileiros, apesar dos significativos avanços contemporâneos. A participação de órgãos internacionais na trajetória da EJA foram mecanismos importantes na elaboração de Políticas Públicas brasileiras. Camadas excluídas da sociedade obtiveram benefícios da escolarização, graças às conferências, leis e conseqüentes políticas públicas que contribuíram para a qualificação do ensino e a melhoria da qualificação para inserção dos jovens e adultos no mercado de trabalho. Todavia, conforme já visto, as iniciativas relacionadas ao problema nunca chegaram a constituir prioridade para o Governo, sendo o assunto relegado a segundo plano, dificultando a consolidação de políticas públicas suficientes.

Em 2011, artigo publicado na revista Nova Escola revela que 14,1 milhões de brasileiros com mais de 15 anos (9,7% da população) não sabem ler nem escrever, e mais de 38 milhões de brasileiros são considerados analfabetos funcionais (incapazes de entender qualquer texto maior que um bilhete simples). São igualmente preocupantes os índices de evasão e de redução nas matrículas na modalidade EJA: 42,7% dos 8 milhões de brasileiros matriculados até 2006 não concluíram nenhuma etapa do curso (dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad - de 2007). O total de brasileiros matriculados na EJA, que em 2006 era constituído por 3,5 milhões de estudantes, caiu para 2,8 milhões em 2010, apenas no Ensino Fundamental.

Diante disso, é possível perceber a complexidade da problemática e, ao mesmo tempo, os desafios inerentes a ela. Assim, urge a necessidade de organização de ações voltadas aos jovens, que garantam não somente o acesso, mas também a permanência na escola. O saber deve ser construído com atividades que superem a fragmentação do conhecimento, oferecendo um ensino com flexibilidade para organizar o tempo e o espaço de que os jovens dispõem. Partindo do conceito de educação de jovens e adultos como a possibilidade de um aprendizado que considere seu meio como princípio educativo para contribuir com a consolidação dos interesses dos jovens e adultos trabalhadores, o desenvolvimento

do presente estudo contempla o histórico da comunidade escolar e da caminhada que fez o ensino e as mudanças provocadas ao longo dos anos.

3.3. Outras políticas públicas nacionais para a EJA

Como já visto, foram várias as ações que contribuíram para o avanço das políticas públicas no que tange à Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Além do exposto, as Conferências Mundiais de Educação de Adultos, realizadas entre 1949 e 1997 através de convocação pela UNESCO, tiveram papel indutor, unido ao governo brasileiro. A construção de um modelo de educação, planejada em 1997 na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), procura informar políticas educativas protegidas nos princípios de inclusão e participação em favor ao desenvolvimento sustentável, constituindo importante ponto para o trabalho educativo discutido em 2009 no Brasil na Confinteia VI. O Brasil destacou-se em duas ações na Conferência de 2009. A primeira sobre a construção de Diretrizes Curriculares, o que foi de grande importância para a melhoria de políticas da EJA no país, pois reafirmou o direito ao ensino fundamental estabelecido no Art. 208 da Constituição Federal. Neste sentido, cabe aos sistemas de ensino ajustar-se e garantir a oferta, oportunizando a igualdade e o acesso aos cursos e exames sem custos financeiros. O segundo destaque foi pelos Fóruns e Encontros Nacionais da EJA, que demonstravam desacordo com as políticas governamentais e buscavam parceria entre governo e sociedade através de políticas públicas que viabilizassem a educação de qualidade a essa modalidade de ensino.

Além disso, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em articulação com os sistemas de ensino, implementa políticas educacionais, entre outras, nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos. Com o objetivo de contribuir para o enfrentamento das desigualdades educacionais, atendendo a públicos específicos e historicamente excluídos do processo educacional, e o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, com equidade e respeito às diferenças, a Secadi desenvolve ações, programas e projetos baseados no PPA 2012-1015 (Plano Mais Brasil), visando a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Nesse sentido, a Diretoria de Políticas Educacionais para a Juventude da Secadi criou, em 2008, o programa **Projovem Urbano** para atender os jovens com

idade entre 18 e 29 anos que não tenham concluído o Ensino Fundamental. A iniciativa consiste em fornecer apoio técnico e financeiro para que estes conclua a etapa por meio de curso com duração de 18 meses, integrando a modalidade EJA e qualificação profissional. Outras cinco políticas públicas voltadas à escolarização de jovens e adultos foram criadas pela Diretoria de Políticas de Alfabetização de Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA) da Secadi. São elas:

Programa Brasil Alfabetizado (PBA): Criado em 2003, busca alfabetizar jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos. Desenvolvido em todo o Brasil e priorizando as regiões com maior taxa de analfabetismo, consiste em apoiar técnica e financeiramente os projetos apresentados pelos estados, municípios e Distrito Federal, os quais podem aderir ao PBA por meio do Sistema Brasil Alfabetizado.

Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLDEJA): Fornece livros didáticos às entidades parceiras do PBA, para que estes sejam utilizados pelos alunos do EJA, sem necessidade de devolução ao final de cada período letivo. O PNLDEJA foi criado em 2009.

Concurso Literatura para Todos: A ação teve quatro edições de 2005 a 2010, com o objetivo de estimular o processo de redação, principalmente para novos leitores e pessoas em processo de alfabetização em literatura.

Educação em Prisões: Apoia técnica e financeiramente a implementação da Educação de Jovens e Adultos no sistema penitenciário, oferecendo Planos de Educação específicos, formação continuada para professores, diretores e agentes penitenciários, e aquisição de acervo bibliográfico.

Medalha Paulo Freire: premiação para personalidades e instituições que se destacarem nos esforços da universalização da alfabetização e educação de jovens e adultos no Brasil. Prevê publicação anual de edital que regulamente as inscrições, a serem realizadas exclusivamente pela internet.

Sendo assim, após essa contextualização inicial da Educação de jovens e Adultos no cenário nacional, a partir do próximo capítulo a pesquisa direciona-se à realidade do município de Guaporé, investigando mais profundamente os aspectos primordiais em que a EJA está inserida na rede municipal de ensino.

4. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ

A situação nacional se reflete em todas as esferas, em maior ou menor proporção. Com o embasamento teórico desenvolvido até o momento, a partir desse capítulo será dada continuidade ao presente estudo delimitando a pesquisa à realidade do município de Guaporé/RS.

4. 1. Sobre o município e a Educação Municipal

O município de Guaporé foi criado em 11 de dezembro de 1903 através do Decreto nº 664. Está localizado na porção nordeste do Rio Grande do Sul, e atualmente possui uma área de 297.659 km² de extensão. Sua cultura é fortemente influenciada pela imigração italiana, que se estabeleceu no local desde o início do século XIX. Até os anos 60, sua economia era basicamente agrícola, apesar do crescimento da indústria joalheira desde os anos 20, o qual atingiu seu auge na década de 90, juntamente com o mercado de moda íntima, estimulando o turismo de compras na região. Outras atrações turísticas do município são o Autódromo Internacional de Guaporé, construído em 1969, a Ferrovia do Trigo, concluída em 1978, e a Igreja Matriz em estilo gótico, cuja construção começou em 1897 e demorou 50 anos para ser concluída.

Segundo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a população do município de Guaporé/RS é de 22.814 habitantes. O mesmo órgão publicou, como estimativa da população guaporense para o ano de 2014, o número de 24.331 habitantes.

Atualmente a Administração Pública Municipal desenvolve seus trabalhos através de 12 Secretarias que atendem à comunidade nas suas respectivas áreas

de atuação, distribuídas em diversos pontos do município, conforme as necessidades inerentes ao seu funcionamento:

| Tabela 1 – Estrutura do Poder Público Municipal de Guaporé | |
|---|---|
| Secretaria | Localização |
| - Secretaria Municipal da Administração; - Secretaria Municipal de Educação; - Secretaria Municipal de Meio Ambiente; - Secretaria Municipal da Fazenda; - Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento; - Secretaria Geral de Governo; - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito. | Localizadas no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Silvio Sanson nº1135, no Centro de Guaporé/RS; |
| - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Desenvolvimento Econômico. | Localizada no prédio da Casa da Cultura, situado ao lado da Prefeitura Municipal; |
| - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. | Localizada no Complexo Marcelino Champagnat, sito à Rua Guilherme Mantese nº570, no Centro de Guaporé/RS; |
| - Secretaria Municipal de Saúde. | Localizada ao lado do Hospital Municipal, sito à Rua Agilberto Maia nº206, no Centro de Guaporé/RS, junto ao Posto de Saúde Central; |
| - Secretaria Municipal da Agricultura; - Secretaria Municipal de Obras e Viação. | Localizadas junto ao Parque de Máquinas, sito à Rua Elias Scalco s/n, no Bairro Planalto de Guaporé/RS, em virtude da necessidade de um espaço amplo para o uso de estacionamento dos veículos e equipamentos utilizados por estas Secretarias. |

Conforme o Censo 2010, o grupo de munícipes que se encontravam na faixa etária de 15 anos ou mais era de 18.574, ou seja 81,4% da população total. Destes, 17.875 (96,2% do grupo) eram alfabetizados. Portanto, 3,8% dos guaporenses com idade de 15 anos ou mais eram analfabetos em 2010 (a tabela fornecida pelo IBGE sobre a condição de alfabetização da população por faixa etária encontra-se como anexo I deste trabalho). De acordo com o mesmo levantamento, 1,45% (270 pessoas) do grupo de munícipes que se encontravam na faixa etária de 15 anos ou mais frequentavam a Educação de Jovens e Adultos, sendo 27 destes (10%) na modalidade de Alfabetização, 97 (35,9%) no Ensino Fundamental e 146 (54,1%) no Ensino Médio.

A Secretaria Municipal de Educação de Guaporé é responsável pelo controle, fiscalização e assessoramento das atividades educacionais executadas no Município. A Rede Municipal de Ensino é composta por oito escolas divididas entre os diversos bairros da cidade, sendo cinco delas de Educação Infantil e três de

Ensino Fundamental (além de outra escola de ensino fundamental que atualmente se encontra em construção), e também oferece Educação para Jovens e Adultos em uma dessas escolas de Ensino Fundamental, a EMEF Dr. Jairo Brum.

4.1.1. Sobre a EMEF Dr. Jairo Brum e as turmas de EJA

Localizada na Rua Gino Morassutti, Nº 2136, Bairro Santo André, município de Guaporé/RS, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Jairo Brum leva o nome do ex-prefeito (1952) Dr. Jethro Jairo de Macedo Brum. Natural de Guaporé e formado em Direito, Dr. Jairo Brum foi Deputado Estadual em 1955 e Deputado Federal por cinco mandatos consecutivos, tendo falecido em Brasília no dia 10 de julho de 1988.

Criada por meio do Decreto nº 2107/89 pelo Prefeito Alexandre Postal (Administração Municipal 1989/1992) e inaugurada em 20 de julho de 1991, teve seu funcionamento autorizado através da Portaria nº 386/92 da SEC, inicialmente denominada Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Dr. Jairo Brum, atendendo até a 4ª série do Ensino Fundamental. Com a ampliação do atendimento até a 8ª série do Ensino Fundamental a partir de 1999, teve sua denominação alterada para Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Jairo Brum (Decreto Municipal nº 2978/99). Também foi no mesmo ano que se estabeleceu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na instituição. Em 2007, passou por adequação da organização curricular, atendendo a Lei Federal nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, que determina a duração de nove anos para o Ensino Fundamental. A Escola faz parte do Programa de Qualidade e conduz os trabalhos com base no que prevê o Sistema de Gestão da Qualidade do Ensino, que vigora a partir do decreto nº 4138/2009 de 02 de fevereiro de 2009.

Atualmente o educandário conta com 38 educadores, sendo dois professores de Educação Infantil (Pré-Escola II), seis de Alfabetização (1º ao 3º Ano do Ensino Fundamental), 16 de Ensino Fundamental (sete nos Anos Iniciais e nove nos Anos Finais do Ensino Fundamental), seis de Educação de Jovens e Adultos, além de professor de Música, Educação Física, Reforço, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Biblioteca. Complementam o quadro funcional a Equipe Diretiva da Escola (composta por direção, vice-direção e coordenação pedagógica), secretária, cozinheiras e serventes, perfazendo um total de 51 servidores públicos

municipais trabalhando na Escola, que funciona nos turnos da manhã, tarde e noite, atendendo a 481 alunos divididos em 24 turmas, organizadas da seguinte forma (dados de abril de 2015):

| Tabela 2 – Número de alunos atendidos pela EMEF Dr. Jairo Brum | | |
|---|--------------|---------------------------|
| TURNO | TURMA | Nº DE ALUNOS |
| MANHÃ | Pré A | 14 |
| | Pré B | 15 |
| | 6º Ano A | 23 |
| | 6º Ano B | 23 |
| | 7º Ano A | 24 |
| | 7º Ano B | 21 |
| | 8º Ano A | 24 |
| | 8º Ano B | 23 |
| | 9º Ano A | 18 |
| | 9º Ano B | 21 |
| Total de turmas neste turno: 10 | | Total alunos (manhã): 206 |
| TARDE | 1º Ano A | 17 |
| | 1º Ano B | 17 |
| | 2º Ano A | 22 |
| | 2º Ano B | 22 |
| | 3º Ano A | 25 |
| | 3º Ano B | 25 |
| | 4º Ano A | 29 |
| | 4º Ano B | 27 |
| | 5º Ano A | 25 |
| | 5º Ano B | 24 |
| Total de turmas neste turno: 10 | | Total alunos (tarde): 233 |
| NOITE | EJA – T2 | 8 |
| | EJA – T4 | 5 |
| | EJA – T6 A | 16 |
| | EJA – T6 B | 13 |
| Total de turmas neste turno: 4 | | Total alunos (noite): 42 |
| Total de turmas: 24 | | Total de alunos: 481 |

Portanto, a EMEF Dr. Jairo Brum oferece quatro turmas de Educação de Jovens e Adultos, todas no turno da noite, a fim de facilitar a adesão daqueles que trabalham durante o dia. Neste ano letivo, o total de alunos matriculados na modalidade EJA é de 42 pessoas entre 15 e 79 anos de idade.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente estudo de caso é realizado através de pesquisa exploratória, envolvendo levantamento bibliográfico (já exposto nos capítulos 2 e 3) e entrevistas com pessoas que participam diretamente da realidade do problema pesquisado, a nível local, conforme o recorte especificado para a pesquisa aplicada, que visa conhecer e avaliar a Educação de jovens e adultos no município de Guaporé/RS. Por conseguinte, a abordagem empírica dessas pessoas deu-se por meio da utilização de dois questionários distintos, sendo um deles específico aos coordenadores da EJA no município de Guaporé, enquanto o outro visa inquirir os alunos matriculados nesta modalidade da Rede Municipal de Ensino no presente ano letivo. Isso para poder verificar a EJA na visão dos alunos e também dos responsáveis pela sua oferta no Município, identificando dificuldades e propostas para um melhor resultado das iniciativas que se referem à problemática.

5.1. A EJA na visão dos alunos

Assim como o trabalho de campo, a apresentação dos resultados se inicia pelas entrevistas com os alunos, realizadas por meio da aplicação do primeiro questionário (anexado a este trabalho como apêndice I), o qual tem como público-alvo os alunos matriculados nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da EMEF Dr. Jairo Brum no ano letivo de 2015, já que esta é a única escola da Rede Municipal de Ensino que oferece a modalidade EJA. Com o objetivo de apreender a prática e o desenvolvimento da EJA a partir da visão dos próprios jovens e adultos que a frequentam, o questionário foi aplicado aos alunos diretamente no

educandário, aproveitando o espaço da sala de aula para adentrar em seu cotidiano e reunir os dados empíricos necessários.

Conforme já citado, a Educação de Jovens e Adultos no município de Guaporé é ofertada pela Rede Municipal de Ensino em somente uma escola, a EMEF Dr. Jairo Brum, onde, no turno da noite, funcionam quatro turmas de EJA (T2, T4, T6A e T6B), compostas respectivamente por oito, cinco, 16 e 13 integrantes, totalizando 42 jovens e adultos que frequentam esta modalidade de ensino atualmente.

A princípio, este trabalho tinha como intenção entrevistar todos esses estudantes. Porém, como os questionários foram aplicados diretamente nas turmas de EJA, o processo de coleta deparou-se com imprevistos como a ausência de vários alunos (mesmo depois de seguidas tentativas de encontrá-los na escola, visitando-a em dias alternados), e também a recusa de alguns presentes em participar da pesquisa (mesmo após explanação sobre os objetivos do estudo e a garantia de confidencialidade de dados pessoais). Tais dificuldades acabaram impossibilitando abordar a totalidade desses jovens e adultos. Dessa forma, conseguiu-se, dentre os 42 alunos das quatro turmas de EJA, uma amostra correspondente a 42,86% deles, composta por 18 participantes.

5.1.1. Características gerais da amostra

A amostra pesquisada é composta por 18 participantes, o que corresponde a um percentual de 42,86% do total de alunos da Rede Municipal de Ensino de Guaporé/RS matriculados em 2015 na modalidade EJA, cujo universo abrange 42 jovens e adultos distribuídos em quatro turmas que funcionam no turno da noite na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Jairo Brum. O número reduzido de participantes deve-se ao fato da infrequência de alguns alunos às aulas (impossibilitando encontrá-los para proceder a abordagem), além da recusa de alguns presentes em participar da pesquisa, uma vez que essa participação era opcional.

No preenchimento do questionário, também a identificação dos respondentes era opcional. Apesar disso, somente três dos 18 participantes não acrescentaram seu nome no formulário. Acredita-se que esse receio em identificar-se ou expor-se seja o mesmo motivo que levou alguns alunos a não quererem participar da

pesquisa. Embora tal fato tenha prejudicado a abrangência da investigação empírica, reduzindo-a a uma pesquisa por amostragem, não cabe aqui discutir esses fatores, e sim prosseguir à descrição e análise dos dados coletados. Inicia-se, pois, a tabulação dos resultados, introduzindo-a pela apresentação das características gerais do grupo que compõe a amostra pesquisada (número de participantes, sexo, idade, situação empregatícia, incluindo carga horária e profissão dos participantes que trabalham):

a) Participantes por sexo e faixa etária:

Conforme expõem as Tabelas 3 e 4, a faixa etária dos 18 participantes da pesquisa varia entre 15 e 57 anos. A maioria deles são do sexo masculino (o dobro dos participantes do sexo feminino) e com idades de 15 a 17 anos (91,67% do total de participantes do sexo masculino). Portanto, o grupo pesquisado é formado por mais jovens que adultos e idosos.

| Idade (anos) | 15 | 16 | 17 | 30 | 36 | 40 | 50 | 57 | Total |
|--------------|----|----|----|----|----|----|----|----|-------|
| Sexo | | | | | | | | | |
| Masculino | 3 | 7 | 1 | - | - | 1 | - | - | 12 |
| Feminino | 1 | 1 | - | 1 | 1 | - | 1 | 1 | 6 |
| Total | 4 | 8 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 18 |

| Sexo / Faixa etária | Masculino | | Feminino | | Total | |
|------------------------|-----------|--------|----------|--------|---------|--------|
| | Qtidade | % | Qtidade | % | Qtidade | % |
| 15 a 17 anos | 11 | 91,67% | 2 | 33,33% | 13 | 72,22% |
| 30 a 40 anos | 1 | 8,33% | 2 | 33,33% | 3 | 16,67% |
| 50 anos ou mais | - | - | 2 | 33,33% | 2 | 11,11% |
| Total | 12 | 66,67% | 6 | 33,33% | 18 | 100% |

b) Situação empregatícia dos participantes:

O fato das aulas ocorrerem no turno da noite faz supor que os alunos (ou pelo menos grande parte deles) trabalham durante o dia, o que foi confirmado na pesquisa, cujos resultados apontam um percentual de 77,78% trabalhadores, contra 22,22% de desempregados. Dentre os quatro que não possuem emprego, dois são

homens e dois são mulheres; portanto, 83,33% dos homens participantes da pesquisa possuem emprego, índice que entre as mulheres fica em 66,67%, de acordo com a Tabela 5:

| | Trabalhadores | % | Desempregados | % |
|-----------|---------------|--------|---------------|--------|
| Masculino | 10 | 83,33% | 2 | 16,67% |
| Feminino | 4 | 66,67% | 2 | 33,33% |
| Total | 14 | 77,78% | 4 | 22,22% |

Por outro lado, nem todos os 14 participantes que possuem emprego exercem suas funções em turno integral (embora ainda assim constituam a maioria, representando 77,78% dos trabalhadores), visto que dois estão empregados somente no turno da manhã; enquanto outros dois, apesar de afirmarem que trabalham, não especificaram o horário. A tabela a seguir expõe mais detalhadamente esses dados, revelando inclusive que o índice de trabalhadores em turno integral é maior entre as mulheres que entre os homens:

| Sexo / Carga horária | Masculino | | Feminino | | Total | |
|-------------------------|-----------|--------|----------|--------|---------|--------|
| | Qtidade | % | Qtidade | % | Qtidade | % |
| Turno integral | 7 | 70% | 3 | 75% | 10 | 71,43% |
| Turno da manhã | 1 | 10% | 1 | 25% | 2 | 14,28% |
| Não responderam | 2 | 20% | - | - | 2 | 14,28% |
| Total | 10 | 66,67% | 4 | 33,33% | 14 | 100% |

Ainda considerando apenas os participantes empregados, elaborou-se uma tabela que os categoriza por setor em que trabalham (tabela 7). Curiosamente, dois dos participantes que afirmaram possuir emprego não informaram sua profissão. Dentre os demais trabalhadores, a maior parte é funcionário da indústria; em segundo lugar estão os autônomos/prestadores de serviços, com pouca diferença em relação aos contratados pelo comércio, que aparecem em último lugar. Ao considerar o percentual por sexo, os índices se repetem no caso das mulheres, enquanto entre os homens os setores de indústria e autônomos empatam em primeiro lugar:

| Tabela 7 – Setor em que trabalham os participantes empregados | | | | | | |
|--|-----------|------|----------|------|--------|--------|
| Setor / Profissão: | Masculino | | Feminino | | Total | |
| | Qtdade | % | Qtdade | % | Qtdade | % |
| Indústria | 3 | 30% | 2 | 50% | 5 | 35,71% |
| Comércio | 2 | 20% | 1 | 25% | 3 | 21,43% |
| Autônomos | 3 | 30% | 1 | 25% | 4 | 28,57% |
| Não responderam | 2 | 20% | - | - | 2 | 14,28% |
| Total | 10 | 100% | 4 | 100% | 14 | 100% |

Quanto às profissões específicas, as tabelas 8, 9 e 10 as elencam de acordo com os setores descritos na tabela anterior.

| Tabela 8 – Profissões elencadas pelos trabalhadores da indústria | | | | | | |
|---|-----------|--------|----------|------|--------|------|
| Profissão: (indústria) | Masculino | | Feminino | | Total | |
| | Qtdade | % | Qtdade | % | Qtdade | % |
| cortador de lingerie | 1 | 33,33% | - | - | 1 | 20% |
| costura de lingerie | - | - | 2 | 100% | 2 | 40% |
| joalheiro | 2 | 66,67% | - | - | 2 | 40% |
| Total | 3 | 100% | 2 | 100% | 5 | 100% |

| Tabela 9 – Profissões elencadas pelos trabalhadores do comércio | | | | | | |
|--|-----------|------|----------|------|--------|--------|
| Profissão: (comércio) | Masculino | | Feminino | | Total | |
| | Qtdade | % | Qtdade | % | Qtdade | % |
| caixa | 1 | 50% | - | - | 1 | 33,33% |
| vendedor | - | - | 1 | 100% | 1 | 33,33% |
| montador de móveis | 1 | 50% | - | - | 1 | 33,33% |
| Total | 2 | 100% | 1 | 100% | 3 | 100% |

| Tabela 10 – Profissões elencadas pelos trabalhadores autônomos | | | | | | |
|---|-----------|--------|----------|------|--------|------|
| Profissão: (autônomos) | Masculino | | Feminino | | Total | |
| | Qtdade | % | Qtdade | % | Qtdade | % |
| diarista | - | - | 1 | 100% | 1 | 25% |
| pintor | 1 | 33,33% | - | - | 1 | 25% |
| pedreiro ou auxiliar | 2 | 66,67% | - | - | 2 | 50% |
| Total | 3 | 100% | 1 | 100% | 4 | 100% |

Assim, concluindo a descrição das características gerais da amostra, é possível traçar um breve diagnóstico sobre o perfil dos participantes da pesquisa:

- A amostra é constituída por homens e mulheres com idades entre 15 e 57 anos, sendo que a maioria é composta por homens jovens de 15 a 17 anos;
- A maior parte dos indivíduos pesquisados possui emprego e trabalha em turno integral, sendo que a taxa de desemprego é maior entre as mulheres;
- Dentre os participantes que trabalham, a maioria é constituída por funcionários do setor industrial, porém entre os homens o índice de empregados da indústria é igual ao de trabalhadores autônomos.

5.1.2. O que leva os jovens e adultos a frequentar a EJA

Inquiridos sobre o (s) motivo (s) que os leva (m) a frequentar a Educação de Jovens e Adultos, todos os alunos pesquisados foram bastante participativos, explorando a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa dentre as seis apresentadas, que contavam inclusive com a opção de especificar outros motivos que não estivessem elencados na seleção de respostas.

Considerando que 10 dos 18 participantes tenham escolhido somente uma das optativas, três escolheram duas, quatro escolheram três, e um escolheu quatro, isso resulta num total de 32 alternativas assinaladas, segundo esclarece a tabela a seguir:

| Tabela 11 – Razões que levam os participantes a frequentar a EJA (Total) | | |
|---|----|--------|
| Total de respostas assinaladas | 32 | % |
| Busca pelo diploma | 9 | 28,12% |
| Qualificação para o trabalho | 8 | 25% |
| Interesse em aprender/obter conhecimento | 8 | 25% |
| Exigência da Lei devido à sua idade | 3 | 9,37% |
| Imposição de sua família | 1 | 3,12% |
| Outro motivo | 3 | 9,37% |

Todos os participantes que assinalaram a alternativa “outro motivo” especificaram como fatores que os motivaram a buscar a EJA:

- A possibilidade de trabalhar mais;
- A exigência do diploma para poder tirar a carteira nacional de habilitação;
- Dar prosseguimento aos estudos, cursando posteriormente uma graduação;
- Obter o nível de escolaridade necessário para prestar concurso público.

Ainda com base na tabela, percebe-se que a principal motivação dos estudantes da EJA é realmente a busca pelo diploma. Porém, aparecem empatadas em segundo lugar a qualificação para o trabalho e o interesse em obter conhecimento.

Mesmo se consideradas somente as respostas dos participantes que assinalaram apenas uma das seis alternativas, a busca pelo diploma ainda segue em primeiro lugar, seguida pelo interesse em aprender / obter conhecimento:

| Assinalaram somente uma das seis alternativas | 10 | % |
|---|----|-----|
| Busca pelo diploma | 4 | 40% |
| Qualificação para o trabalho | 1 | 10% |
| Interesse em aprender/obter conhecimento | 3 | 30% |
| Exigência da Lei devido à sua idade | 1 | 10% |
| Imposição de sua família | - | - |
| Outro motivo: “para poder trabalhar mais” | 1 | 10% |

Nos três casos em que foram assinaladas duas das seis alternativas, uma delas é a qualificação para o trabalho, empatando em segundo lugar a busca pelo diploma, o interesse em aprender / obter conhecimento, e a exigência da Lei devido à idade dos participantes.

Já nos quatro casos em que foram assinaladas três das seis alternativas, empatam em primeiro lugar a busca pelo diploma, a qualificação para o trabalho, e o interesse em aprender / obter conhecimento. Essas três opções também fazem parte da escolha do único participante que assinalou quatro das seis alternativas, constituindo, portanto, as principais motivações dos alunos pesquisados, independentemente da opção por um maior ou menor número de alternativas.

5.1.3. Avaliação do EJA quanto aos objetivos buscados pelos estudantes

A questão de número cinco pedia que os participantes avaliassem se o fato de frequentarem a Educação de Jovens e Adultos tem lhe ajudado a atingir os objetivos buscados (aqueles assinalados na questão antecedente, abordados no item anterior). Apenas um dos participantes não respondeu, sendo que sua motivação para frequentar a EJA é a busca pelo diploma e, por isso, entende-se que, por faltar ainda muito tempo para o término do ano letivo, não seja possível afirmar com certeza se tal meta se cumprirá. Tal interpretação fez com que outro participante respondesse que “não”, talvez por considerar a possibilidade de não obter a aprovação necessária para a obtenção do diploma. Com exceção desses dois, os demais 16 participantes responderam que “sim”, porém dois deles não justificaram sua opção (um busca o diploma e o outro frequenta a EJA por exigência da Lei devido a sua idade). As outras 14 justificativas são (entre parênteses o número de respostas que se encaixam em cada justificativa):

- A metodologia de ensino facilita o entendimento do conteúdo e/ou está aprendendo bastante (3)
- O horário é compatível com suas necessidades, possibilitando trabalhar em turno integral e/ou ajudar a família (3)
- Poder conquistar ou trocar de emprego / salário melhor (3)
- Oferece a oportunidade de estudar que não teve anteriormente (2)
- Oferece a oportunidade de recuperar os anos de estudo perdidos (2)
- Porque pretende fazer um curso técnico depois e se qualificar mais (1)

Em vista disso, pode-se afirmar que, assim como no item anterior, os participantes da pesquisa possuem objetivos bem definidos quanto à EJA, todos relacionados primordialmente com a preocupação em qualificar-se cada vez mais através dos estudos, a fim de obter uma melhor qualidade de vida, tanto no âmbito pessoal como profissional. Também é possível perceber uma avaliação favorável da EJA por parte de todos eles, destacando seus pontos positivos como a metodologia de ensino diferenciada e a compatibilidade de horários.

5.1.4. Frequência dos alunos

Questionados sobre sua frequência às aulas, 77,78% respondeu que só falta quando realmente necessita, e não deixa que isso prejudique seus estudos. Três dos 18 participantes declararam que são plenamente assíduos, e apenas um confessou não se preocupar muito com a frequência, ausentando-se por vezes inclusive sem nenhum pretexto. Esse participante é um dos que não preencheram o nome no formulário, o que faz presumir que se sinta envergonhado por essa sua conduta, até porque, na questão de número cinco, havia elencado como propósito para frequentar a EJA seu interesse em aprender e obter conhecimento, assegurando, na questão seguinte, que a EJA tem lhe auxiliado na busca por sua meta, embora sua justificativa para tal afirmação, apesar de breve, já revele grave erro gramatical (“eu queria a brende mais”), acusando um grande atraso no aprendizado.

Em contrapartida, os outros dois que não preencheram o nome afirmaram nunca faltar às aulas, o que abre suspeita sobre a validade de sua afirmação. Ainda

assim, a preocupação em não faltar sem motivo predomina entre os respondentes, conforme exposto na tabela abaixo:

| Alternativa assinalada | Qtidade de respostas | % |
|---|----------------------|--------|
| Falto só quando realmente necessito, e não deixo que isso prejudique meus estudos | 14 | 77,78% |
| Nunca falto às aulas | 3 | 16,67% |
| Às vezes falto sem motivo, mas não me preocupo muito com isso | 1 | 5,55% |
| Falto bastante, mas sempre por algum motivo, e procuro recuperar o que perdi estudando nas horas vagas ou pedindo auxílio a colegas | - | - |
| Não gosto de estudar, vou só por obrigação, muitas vezes nem vou | - | - |
| Total | 18 | 100% |

A partir da referida tabela, constata-se também que nenhum dos alunos pesquisados revelou faltar bastante ou não gostar de estudar. O enunciado pedia que fosse escolhida uma única resposta dentre as cinco opções apresentadas, sendo que as duas primeiras manifestavam assiduidade, enquanto as outras três denunciavam infrequência. Assim, os resultados evidenciam que a maioria dos participantes realmente se dedica aos estudos, empenhando-se em acompanhar as aulas da EJA.

5.1.5. Opiniões, críticas e sugestões dos alunos sobre a EJA

A última questão deixava um espaço para que os alunos expressassem suas opiniões, críticas e/ou sugestões sobre a EJA. Houve um grande número de abstinências, mas que não superou o percentual de participantes que deram sua resposta, o que pode ser conferido na tabela 14, seguida pela tabela 15 que detalha as 11 respostas discursivas:

| | Total | % |
|-----------------|-------|--------|
| Responderam | 11 | 61,11% |
| Não responderam | 7 | 38,89% |
| Total | 18 | 100% |

| Tabela 15 – Relatório de respostas | |
|---|--|
| Nº | Resposta |
| 1 | Está legal, não tem críticas nem sugestões |
| 2 | |
| 3 | É bom porque dá pra cursar duas séries de uma só vez |
| 4 | |
| 5 | É bom porque ajuda bastante os jovens e principalmente os mais velhos |
| 6 | É muito bom porque dá oportunidades de aprender mais e ter um bom emprego, conviver com os colegas faz bem pra mente, como uma terapia |
| 7 | Faz bem para todos que voltaram para a sala de aula |
| 8 | Gosto muito de estudar na EJA |
| 9 | É bom pra quem realmente precisa, mas tem muitos que não dão valor aos estudos |
| 10 | Acho a EJA muito bom, mas é meio fraco em questão de matérias |
| 11 | Sugestão: aulas de EJA à distância |

Segue a análise das opiniões, críticas e sugestões apontadas no relatório apresentado acima:

a) As declarações “é muito bom” (2), “é bom” (4) e “está legal” (2) figuram em oito das 11 respostas. Similarmente, as considerações “faz bem” (2) e “gosto muito” estão presentes em outras duas argumentações, testemunhando uma avaliação positiva da EJA na opinião dos participantes.

b) A partir dos dados coletados, infere-se que a EJA não só permite que jovens e adultos concluam seus estudos e qualifiquem-se para o mercado de trabalho, mas também desenvolve a consciência sobre a importância da escolarização, estimula o interesse pelo conhecimento e proporciona maior autoestima e socialização a esses estudantes.

c) Analisando o cruzamento de dados obtidos nas respostas dos sete participantes que deixaram em branco essa última questão, presume-se que a ausência de críticas e sugestões sobre a EJA seja devida à sua opinião positiva sobre as aulas. Somente dois casos deixam dúvidas quanto a isso, pois em um deles o aluno pesquisado frequenta a EJA apenas por exigência da Lei, e o outro é aquele que revelou não se importar com sua frequência às aulas.

d) Das 11 respostas, apenas duas constituem críticas, sendo que uma delas refere-se ao próprio público-alvo da Educação de Jovens e Adultos, alegando que “muitos não dão valor aos estudos”, e a outra observa que o ensino praticado na EJA “é muito fraco em questão de matérias”. Sobre isso, com base nas informações pesquisadas, é perfeitamente compreensível que a metodologia da EJA aparente ser uma versão mais superficial dos conteúdos que compõem o ensino regular, visto que a Educação de Jovens e Adultos, por ser adaptada a um público específico, possui características que diferem este curso daquele ofertado na Educação Básica.

Desse modo, algumas particularidades da EJA, como a sua curta duração, exigem uma abordagem mais sucinta e/ou reduzida das matérias do currículo.

e) O fato de a maioria dos alunos pesquisados estarem satisfeitos com a EJA, segundo demonstrado até então, a quantidade de críticas foi ínfima. Quanto a sugestões, auferiu-se somente uma, que diz respeito a aulas à distância. Analisando sua validade, é possível sustentar que a proposta é pertinente, considerando o avanço tecnológico e midiático do mundo moderno e em constante processo de globalização, onde já existem inclusive cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EAD (ensino à distância), então por que não a EJA?

5.2. A EJA na visão dos responsáveis por sua oferta

Complementando o trabalho de campo, o segundo questionário (anexado a este trabalho como apêndice II), direcionado aos responsáveis pela oferta de ensino a jovens e adultos no município de Guaporé, é composto inteiramente por perguntas descritivas, que visam explorar a situação da EJA no âmbito municipal, finalizando assim a pesquisa empírica. Dessa forma, foram entrevistadas a Coordenadora Pedagógica Central da Secretaria Municipal de Educação, Carine Salini; e a Coordenadora das turmas de EJA da EMEF Dr. Jairo Brum, Helena Fedrigo.

De acordo com a Coordenadora Pedagógica Central da Secretaria Municipal de Educação, a demanda municipal referente à educação de jovens e adultos vem diminuindo consideravelmente nos últimos anos, com baixo número de alunos matriculados em cada série/ano escolar. Declara que, no momento, a rede municipal de ensino oferece turmas multisseriadas de EJA, sendo uma de alfabetização, constituída por adultos já inseridos no mercado de trabalho; outra de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, e duas turmas de Séries Finais do Ensino Fundamental, das quais fazem parte os jovens, geralmente em situação de vulnerabilidade social, com problemas de indisciplina no ensino regular.

Quanto à hipótese dessa oferta ser ou não suficiente para atender à procura, a Coordenadora das turmas de EJA da EMEF Dr. Jairo Brum garante que a demanda de jovens e adultos pela modalidade de alfabetização é acolhida em sua totalidade na turma disponível, composta atualmente por oito alunos. Já nas turmas de Ensino Fundamental, onde há 34 estudantes matriculados, existe uma

defasagem de 34,6% em relação ao total de 52 jovens e adultos que buscam esse nível de instrução.

Quando indagadas sobre o desvio série-idade no ensino regular, enquanto a coordenadora municipal afirma que, quando este ocorre, não ultrapassa dois anos de defasagem; a coordenadora das turmas da EJA aponta um percentual de 17% no presente ano letivo. Ambas confirmam que a oferta de EJA na EMEF Dr. Jairo Brum consiste a única política pública municipal para suprir a deficiência de escolarização desses grupos. Para elas, tal ação, que inclui gratuidade de transporte e alimentação para os alunos, além do controle semestral de sua frequência e a disponibilidade de profissionais, materiais e equipamentos primordiais para o seu funcionamento, tem se mostrado autossuficiente para regularizar a situação. Portanto, na opinião das coordenadoras pesquisadas, as políticas públicas municipais referentes à EJA dão conta de atender as demandas do município, visto que este oferece estrutura, professores e o apoio necessário.

Apesar disso, a Coordenadora das turmas de EJA da EMEF Dr. Jairo Brum ressalta como dificuldades encontradas na Educação de Jovens e Adultos o atendimento de adolescentes provenientes das demais escolas do município, que os encaminha para a EJA devido ao seu envolvimento com drogas e pequenos delitos. Alguns são encaminhados pela Promotoria de Justiça, obrigando a escola a recebê-los mesmo na inexistência de vagas disponíveis. De igual maneira, a resposta de Carine Salini destaca que o rendimento da aprendizagem nem sempre é favorável, tendo em vista situações relacionais entre os alunos, já que os mesmos são oriundos de diferentes comunidades, sendo que vários deles frequentam a escola pela obrigatoriedade e nem sempre pelo objetivo da aprendizagem. Quanto à taxa de infrequência, apesar de ser maior que a de desistência, não é alta a ponto de constituir um problema, uma vez que todos os alunos da EJA necessitam permanecer na escola e frequentar as aulas regularmente.

Assim, a coordenadora acredita que esse contexto tende a melhorar, visto que se encontra em fase de implementação na rede municipal de ensino uma nova política pública, que consiste na criação de um Núcleo de Apoio à Escola (NAE), com atendimento multidisciplinar, em parceria com o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CT (Conselho Tutelar) e demais instâncias da municipalidade. Dessa forma, o NAE atenderá a todas as escolas, beneficiando também os alunos da EJA.

6. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho originou-se a partir do pressuposto de que é necessário um olhar diferenciado quando se pensa no processo de ensino-aprendizagem de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar quando crianças, e que agora encontram dificuldades para retomar seus estudos devido à sua idade mais avançada e compromissos inerentes à vida adulta, visto que esse público é composto por sujeitos múltiplos que trazem consigo históricos de vida diversos, e que, apesar disso, também têm direito à educação. Porém, para que possam exercer esse direito, carecem que lhes sejam oportunizadas condições de acesso a ele, através de um ensino voltado à realidade, a qual, no caso de jovens e adultos, é bem diferente de alunos em idade escolar. Assim, a pesquisa buscou inferir e analisar a relação entre a educação de jovens e adultos, seu contexto social e as políticas públicas existentes a respeito, fazendo, para tanto, um recorte que abrange a situação no município de Guaporé/RS. O fato da pesquisa não diferenciar o fenômeno específico do analfabetismo e o da baixa escolaridade é devido a ambos estarem interligados e, para os fins pesquisados, fazerem parte de um mesmo conjunto, que é o público-alvo da EJA.

A fim de prover o necessário suporte teórico ao estudo de caso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o assunto, detalhando o histórico do problema e as providências que o Poder Público tem buscado para combater essa adversidade ao longo dos anos, como políticas públicas, projetos e alterações na legislação referentes à educação de jovens e adultos. Com tal pesquisa, foi possível constatar que nem sempre a Educação foi tratada como prioridade no Brasil, por vezes eximindo-se da responsabilidade de ofertá-la ao seu povo, passando essa incumbência a escolas privadas, inclusive fornecendo recursos para o funcionamento destas. Durante o regime militar, o Governo chegou a usar a

educação como forma de impor suas posições ideológicas. A situação só melhorou com a redemocratização do país e o advento da nova Constituição Federal em 1988, retomando a abrangência da Educação em seus diferentes níveis e modalidades. Já como pontos positivos para a Educação (e, conseqüentemente, para a EJA), destacam-se: a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) em 1945, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2007. Outras políticas públicas, voltadas especificamente à EJA, foram: a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em 1947, o Programa Alfabetização Solidária (PAS) em 1996, as resoluções das V e VI Confinteas (Conferência Internacional de Educação de Adultos), realizadas em 1997 e 2009, respectivamente; e programas do MEC (Ministério da Educação e Cultura), como o Projovem Urbano, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLDEJA), o Concurso Literatura para Todos, Educação em Prisões, e a Medalha Paulo Freire (em alusão às iniciativas de Paulo Freire para o combate ao analfabetismo adulto nos anos 60).

Apesar disso, a pesquisa também apontou que, no ano de 2011, 14,1 milhões de brasileiros com mais de 15 anos não sabiam ler nem escrever, e o contingente de analfabetos funcionais (incapazes de entender qualquer texto maior que um bilhete simples) era composto por mais de 38 milhões de brasileiros. Com relação à EJA, o total de matrículas, que em 2006 era constituído por 3,5 milhões de estudantes, caiu para 2,8 milhões em 2010, apenas no Ensino Fundamental, sendo que 42,7% dos 8 milhões de brasileiros matriculados até 2006 não concluíram nenhuma etapa do curso. Isso revela que as políticas públicas nacionais referentes à EJA não têm se mostrado eficientes, e muito menos eficazes.

Considerando que a situação nacional se reflete em todas as esferas, em maior ou menor proporção; após contextualização da problemática no cenário nacional, deu-se início ao estudo de caso do problema no município de Guaporé/RS, por meio de coleta de dados em campo através da aplicação de questionários ao público-alvo e aos responsáveis pela EJA no âmbito municipal. Como a Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Guaporé é oferecida apenas

em uma de suas oito escolas municipais, a EMEF Dr. Jairo Brum, atendendo a um total de 42 pessoas matriculadas no atual ano letivo nas quatro turmas de EJA disponíveis, a pesquisa empírica foi realizada aplicando questionários a uma amostragem de 42,86% desses estudantes; e entrevistando as duas Coordenadoras Pedagógicas, uma responsável pelas referidas turmas, e a outra pelas escolas municipais.

Assim, os resultados demonstraram que o público pesquisado é composto por homens e mulheres de 15 a 57 anos, desempregados ou que trabalham em turno integral ou matutino, na indústria (de joias ou lingerie), comércio ou autônomos. Cruzando esses dados, constata-se que a amostra é constituída, em sua maioria, por jovens de 15 a 17 anos do sexo masculino que trabalham em turno integral na indústria joalheira.

Quanto à adequação dos conteúdos e metodologias da EJA às suas necessidades e expectativas, são poucos os que frequentam a escola apenas por exigência da Lei ou da família, sendo que a maior parte dos alunos busca na EJA a oportunidade de completar seus estudos e qualificar-se para o mercado de trabalho, obtendo assim uma melhor qualidade de vida, tanto no âmbito profissional como pessoal (alguns pretendem até cursar uma faculdade ou curso técnico e/ou prestar concurso público futuramente), afirmando inclusive que gostam de estudar na EJA, preocupam-se em não faltar, estão satisfeitos com a metodologia de ensino e horário das aulas. Apenas dois dos 18 participantes deixaram críticas, sendo que uma delas refere-se ao próprio público-alvo da Educação de Jovens e Adultos, alegando que “muitos não dão valor aos estudos”, e a outra observa que o ensino praticado na EJA “é muito fraco em questão de matérias”. Sobre isso, com base nas informações pesquisadas, é perfeitamente compreensível que a metodologia da EJA aparente ser uma versão mais superficial dos conteúdos que compõem o ensino regular, visto que a Educação de Jovens e Adultos, por ser adaptada a um público específico, possui características que diferem este curso daquele ofertado na Educação Básica. Desse modo, algumas particularidades da EJA, como a sua curta duração, exigem uma abordagem mais sucinta e/ou reduzida das matérias do currículo. Assim como o baixo índice de críticas, também o número reduzido de sugestões (somente uma) confirma a avaliação positiva dos alunos quanto à EJA.

Dentre todos os 18 questionários, apenas um trouxe uma sugestão, que diz respeito a aulas de EJA à distância. Analisando sua validade, é possível sustentar

que a proposta é pertinente, considerando o avanço tecnológico e midiático do mundo moderno e em constante processo de globalização, onde já existem inclusive cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EAD (ensino à distância), então por que não a EJA?

Já as entrevistas com as coordenadoras responsáveis pela EJA na Rede Municipal de Ensino e na Escola em que tais turmas funcionam, indicara, que, tanto o desvio série-idade no ensino regular, como a defasagem entre a oferta e a demanda pela Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, são mínimos (não ultrapassando os percentuais de 17% no primeiro caso, e 35% no segundo caso), sendo que, no tocante à Alfabetização, a oferta dá conta de acolher totalmente a demanda. As informações repassadas também revelam como principais dificuldades da EJA o fato de o rendimento da aprendizagem nem sempre se mostrar favorável, tendo em vista a diversidade social e cultural dos alunos, que são oriundos de diferentes comunidades, muitos deles encaminhados para a EJA pelas demais escolas do município ou até mesmo pela Promotoria de Justiça, devido ao seu envolvimento com drogas e pequenos delitos.

Apesar de as coordenadoras entrevistadas acreditarem que muitos alunos da EJA frequentam a escola pela obrigatoriedade e nem sempre pelo objetivo da aprendizagem, isso não confere com o que foi verificado na pesquisa com os alunos. Porém, como esta foi composta por uma amostra de 42,86% do total de estudantes matriculados, justamente pelo fato de o restante deles não se encontrarem presentes em sala de aula nas várias tentativas de abordagem realizadas pela pesquisadora, é possível que tais faltantes constituam o referido grupo, citado pelas gestoras, de alunos que se matricularam apenas por obrigação, o que explicaria sua ausência às aulas. Por outro lado, as responsáveis pela EJA afirmam que a taxa de infrequência, embora exista e seja maior que a de desistência, não é alta a ponto de constituir um problema, uma vez que todos os alunos da EJA necessitam permanecer na escola e frequentar as aulas regularmente.

Assim, as políticas públicas da Rede Municipal de Ensino para a Educação de Jovens e Adultos consistem atualmente na oferta dessas quatro turmas de EJA, incluindo gratuidade de transporte e alimentação para os alunos, além do controle semestral de sua frequência e a disponibilidade de profissionais, materiais e equipamentos primordiais para o seu funcionamento; e a criação de um Núcleo de Apoio à Escola (NAE), com atendimento multidisciplinar, em parceria com o CREAS

(Centro de Referência Especializado de Assistência Social), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CT (Conselho Tutelar) e demais instâncias da municipalidade. Desse modo, o NAE atenderá a todas as escolas, beneficiando também os alunos da EJA, mas por enquanto se encontra ainda em fase de implementação.

Dessa forma, o estudo de caso possibilitou concluir que as políticas públicas municipais referentes à EJA dão conta de atender as demandas do município, visto que este oferece estrutura, professores e o apoio necessário. Mesmo as dificuldades que ainda persistem, tendem a melhorar com a implantação do NAE (política pública que, conforme já mencionado, encontra-se atualmente em fase de implementação). Além disso, a pesquisa com os alunos mostrou uma avaliação positiva da EJA praticada no município, revelando um contexto favorável do tema a nível local.

Ainda com relação à pesquisa empírica, talvez seja conveniente destacar a conduta de desconfiança observada em grande parte dos alunos, facilmente perceptível pelo fato de muitos recusarem-se a responder o questionário, bem como o caso de três dos 18 participantes optarem por não preencher seu nome no formulário. Apesar de não possuir evidências que justifiquem tal receio, presume-se que tal característica seja própria de grupos que, assim como eles, sempre foram menos favorecidos, e até vistos com preconceito perante a sociedade. Entretanto, por não fazer parte do enfoque deste trabalho, a observação limita-se apenas a sugerir a necessidade de pesquisas voltadas à análise das consequências dessas desigualdades sociais para esses seres humanos enquanto indivíduos que necessitam conviver em uma comunidade que não os deseja, por considerá-los “diferentes” ou até mesmo “inferiores” àqueles cujas melhores condições lhe conferem maior consideração ou merecimento nas relações sociais.

Portanto, devido à amplitude e complexidade do tema, esse estudo representa um pequeno passo na luta contra a desigualdade de acesso à educação, que não é somente um problema educacional, mas também econômico, cultural, histórico e político-social. As presentes considerações finais referem-se apenas a uma pesquisa científica inicial sobre o tema, que muito tem a ser explorado, visto que pode servir de base para outras pesquisas com ênfase na educação de jovens e adultos ofertada pelas diversas redes municipais de ensino, ou até o aprofundamento da pesquisa a nível nacional.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alexandre. **Erradicar o analfabetismo**: uma velha promessa. In: Revista Nova Escola, ed. 242, maio de 2011.

BASEGIO, Leandro Jesus; MEDEIROS, Renato da Luz. **Educação de Jovens e Adultos I**. Canoas/RS: ULBRA, 2010.

BASEGIO, Leandro Jesus; BORGES, Márcia de Castro. **Educação de Jovens e Adultos II**. Canoas/RS: ULBRA, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BRASIL. Lei 5692 de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816&msg=1>. Acesso em: 01 abr. 2015.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Políticas públicas para a educação de jovens e adultos**. Maringá/PR, 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_marci_a_rodrigues_neves_ceratti.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2015.

FRAIDENRAICH, Verônica. **EJA em segundo plano**. In: Revista Nova Escola, ed. 239, jan/fev de 2011.

GRILO, Valéria Teixeira de Meiroz. **Breves considerações acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96)**. Revista Igualdade, v. XVI, fev. 2009. Seção Estudos. Disponível em: <http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_igualdade_12_2_3_1.php>. Acesso em: 01 abr. 2015.

HAMZE, Amélia. **A Educação de Jovens e Adultos no contexto contemporâneo**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/a-educacao-jovens-adultos.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Rio Grande do Sul. Guaporé. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430940&search=rio-grande-do-sul|guapore|infograficos:-informacoes-completas.>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

LIMA, Waner Gonçalves. **Política Pública: Discussão de conceitos**. In: Interface (Porto Nacional), Ed. n. 05, Out/2012. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

MATTOS, Ana Maria et. al. **Aplicação das normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos na Escola de Administração: atualizada às normas vigentes até maio de 2013**. Porto Alegre: Biblioteca da Escola de Administração da UFRGS, 2013.

MUNICÍPIO DE GUAPORÉ/RS. **Site oficial**. Disponível em: <<http://guapore.rs.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades**. In: Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, vol.1, nº3, 2º sem./1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

OLIVEIRA, Paulo de. **História da Educação no Brasil: Período Jesuítico**. 2005. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Docência do Ensino Superior) – Curso de Pós-graduação em Docência do Ensino Superior, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Série inclusão: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República.** 2014. Disponível em: <<http://tse.jusbrasil.com.br/noticias/100458435/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

UFRGS, Escola de Administração. **Manual do Trabalho de Conclusão de Curso.** Ed. 2013-2015. Porto Alegre, 2015.

VERONESE, Josiane Rose Petry; VIEIRA, Cleverton Elias. **A educação básica na legislação brasileira.** In: Revista Sequência, n. 47, p. 99 – 125, dez. 2003. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0CEMQFjAG&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Fsequencia%2Farticle%2Fdownload%2F15281%2F13884&ei=dr0xVbacFMbisATg2ICQBQ&usg=AFQjCNEIBYeb3CJlcZXmkw7L0J8Y0cSVbQ&sig2=L66r4eIN1Z5h5d9ZVdtvxA&bvm=bv.91071109,d.bGg&cad=rjt>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto.** In: Rev. Bras. Est. Pedag., Brasília, v. 88, n. 219, p. 291 – 309, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/498/508>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

ANEXO 1 - Alfabetização da população por faixa etária, segundo IBGE

| Tabela 3176 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo a condição de alfabetização e a idade | | | |
|--|------------------------|---|--|
| Município = Guaporé - RS | | | |
| Sexo = Total | | | |
| Cor ou raça = Total | | | |
| Ano = 2010 | | | |
| Alfabetização | Idade | Variável | |
| | | Pessoas de 5 anos ou mais de idade (Pessoas) | Pessoas de 5 anos ou mais de idade (Percentual) |
| Total | Total | 21.570 | 100,00 |
| | 5 ou 6 anos | 512 | 2,37 |
| | 7 a 9 anos | 803 | 3,72 |
| | 10 a 14 anos | 1.681 | 7,79 |
| | 15 a 17 anos | 1.096 | 5,08 |
| | 18 ou 19 anos | 702 | 3,25 |
| | 20 a 24 anos | 1.997 | 9,26 |
| | 25 a 29 anos | 1.949 | 9,04 |
| | 30 a 34 anos | 1.850 | 8,58 |
| | 35 a 39 anos | 1.649 | 7,64 |
| | 40 a 44 anos | 1.667 | 7,73 |
| | 45 a 49 anos | 1.765 | 8,18 |
| | 50 a 54 anos | 1.504 | 6,97 |
| | 55 a 59 anos | 1.262 | 5,85 |
| | 60 a 69 anos | 1.674 | 7,76 |
| | 70 anos ou mais | 1.459 | 6,76 |
| Alfabetizadas | Total | 20.508 | 95,08 |
| | 5 ou 6 anos | 233 | 1,08 |
| | 7 a 9 anos | 751 | 3,48 |
| | 10 a 14 anos | 1.649 | 7,64 |
| | 15 a 17 anos | 1.086 | 5,03 |
| | 18 ou 19 anos | 701 | 3,25 |
| | 20 a 24 anos | 1.990 | 9,23 |
| | 25 a 29 anos | 1.936 | 8,98 |
| | 30 a 34 anos | 1.821 | 8,44 |
| | 35 a 39 anos | 1.615 | 7,49 |

| | | | |
|--------------------------|------------------------|-------|------|
| | anos | | |
| | 40 a 44 anos | 1.633 | 7,57 |
| | 45 a 49 anos | 1.723 | 7,99 |
| | 50 a 54 anos | 1.447 | 6,71 |
| | 55 a 59 anos | 1.181 | 5,48 |
| | 60 a 69 anos | 1.518 | 7,04 |
| | 70 anos ou mais | 1.224 | 5,67 |
| | Total | 1.062 | 4,92 |
| | 5 ou 6 anos | 279 | 1,29 |
| | 7 a 9 anos | 52 | 0,24 |
| | 10 a 14 anos | 32 | 0,15 |
| | 15 a 17 anos | 10 | 0,05 |
| | 18 ou 19 anos | 1 | 0,00 |
| | 20 a 24 anos | 7 | 0,03 |
| | 25 a 29 anos | 13 | 0,06 |
| | 30 a 34 anos | 29 | 0,13 |
| | 35 a 39 anos | 34 | 0,16 |
| | 40 a 44 anos | 34 | 0,16 |
| | 45 a 49 anos | 42 | 0,19 |
| | 50 a 54 anos | 57 | 0,26 |
| | 55 a 59 anos | 81 | 0,38 |
| | 60 a 69 anos | 156 | 0,72 |
| | 70 anos ou mais | 235 | 1,09 |
| | Total | - | - |
| | 5 ou 6 anos | - | - |
| | 7 a 9 anos | - | - |
| | 10 a 14 anos | - | - |
| | 15 a 17 anos | - | - |
| | 18 ou 19 anos | - | - |
| | 20 a 24 anos | - | - |
| | 25 a 29 anos | - | - |
| | 30 a 34 anos | - | - |
| | 35 a 39 | - | - |
| Não alfabetizadas | | | |
| Sem declaração | | | |

| | | | |
|--|------------------------|---|---|
| | anos | | |
| | 40 a 44 anos | - | - |
| | 45 a 49 anos | - | - |
| | 50 a 54 anos | - | - |
| | 55 a 59 anos | - | - |
| | 60 a 69 anos | - | - |
| | 70 anos ou mais | - | - |

Nota:

1 - Dados do Universo.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

APÊNDICE I**QUESTIONÁRIO - ALUNOS DA EJA**

Nome (opcional): _____

1) Idade: _____ anos 2) Sexo: () Masculino () Feminino

3) Trabalha? () Não () Sim. Horário: _____ Profissão: _____

4) Por que você frequenta a EJA? (assinale uma ou mais alternativas)

() Busca pelo diploma () Qualificação para o trabalho

() Exigência da Lei devido à sua idade () Imposição de sua família

() Interesse em aprender/obter conhecimento

() Outro motivo. Qual? _____

5) Sobre o(s) motivo(s) que assinalou na questão anterior, frequentar a EJA tem lhe ajudado a alcançar tais objetivos ?

() Sim, porque _____.

() Não, porque _____.

6) Você costuma ser frequente às aulas? (assinale apenas uma das alternativas)

() Sim, nunca faltou às aulas.

() Faltou só quando realmente necessito, e não deixo que isso prejudique meus estudos.

() Faltou bastante mas sempre por algum motivo, e procuro recuperar o que perdi estudando nas horas vagas ou pedindo auxílio a colegas.

() Às vezes faltou sem motivo, mas não me preocupo muito com isso.

() Não gosto de estudar, vou só por obrigação, muitas vezes nem vou .

7) Deixe sua opinião, crítica ou sugestão sobre a EJA:

_____.

APÊNDICE II**ENTREVISTA - RESPONSÁVEIS PELA EJA**

Nome: _____ Cargo: _____

1) Quais as demandas municipais referentes à educação de jovens e adultos atendida pela rede municipal de ensino?

a) Alfabetização: _____

b) Ensino Fundamental: _____

c) Qual o desvio série-idade no ensino regular? _____

2) Havendo as demandas, quais são as políticas públicas municipais de Guaporé para a EJA?

3) As políticas públicas referentes à EJA dão conta de atender as demandas do município?

4) Quais os entraves/dificuldades encontradas na EJA?

5) Quais as parcerias/políticas para solucionar essas questões?

6) Qual a taxa de infrequência e desistência dos alunos da EJA?
